

Nenhum governo é de pedra: um editor contra a ditadura

No government is stone: an editor against the dictatorship

Franciane Ferreira da Costa | f.ferreira@hotmail.com

Graduada em Biblioteconomia pela UFF

Resumo A ditadura militar brasileira (1964-1985) não se limitou a censurar os livros. Muitas vezes, além da censura, ela também reprimiu a publicação e a circulação de obras que de alguma forma atentassem contra o regime ou contra os valores morais defendidos por ela. Assim, decidimos recolher as memórias de um editor e livreiro que sofreu tal repressão, sendo inclusive detido por ter publicado uma obra tida como “subversiva”. Trata-se de Aníbal Bragança, hoje professor aposentado da UFF e ex-dono da Diálogo, célebre livraria e editora de Niterói (RJ) nos anos 1960. Este artigo analisa o depoimento que ele nos concedeu.

Palavras-chave editores; livros; regime militar; censura; memória

Abstract The Brazilian military dictatorship (1964-1985) did not limit itself to censoring books. Often, in addition to censorship, it also repressed the publication and circulation of works that would in any way attempt against the regime or the moral values defended by it. Thus, we decided to collect the memories of a publisher and bookseller who suffered such repression, being even arrested for having published a work considered “subversive”. This is Aníbal Bragança, now a retired professor at UFF and former owner of Diálogo, a famous bookstore and publisher in Niterói (RJ) in the 1960s. This article analyzes the testimony he gave us.

Keywords publishers; books; military regime; censorship; memory

O presente texto recolhe e analisa as memórias de Aníbal Bragança, um editor e professor universitário radicado em Niterói que foi preso e teve sua editora fechada durante o regime militar brasileiro (1964-1985). Como metodologia, foi adotada a da história oral, entendida como produção de fonte histórica. A coleta do depoimento foi efetuada por meio de entrevista presencial e oral, ponto de vista a partir do qual se entende o que foi aquele período e como a repressão ditatorial foi exercida contra a Diálogo, a editora e livraria niteroiense desse docente aposentado da Universidade Federal Fluminense e ex-diretor da EduUFF. Suas memórias dizem respeito não só aos constrangimentos impostos pela ditadura, mas revelam diversos aspectos que interessam à história do livro e da leitura no Brasil.

Para o começo da conversa, a primeira questão formulada voltava-se para o Aníbal leitor e sua formação. Sua resposta inicial logo me marcou, dizendo que “os livros fazem parte da minha vida e minha vida deve muito aos livros”. Sabemos que a prática da leitura muitas vezes começa em casa, mas Aníbal não vem de uma família de leitores, então esse papel foi exercido – e muito bem – pelos professores de sua escola. Para Bamberger (2000, p. 92), “o desenvolvimento de interesses e hábitos permanentes de leitura é um processo constante, que principia no lar, aperfeiçoar-se sistematicamente na escola e continua pela vida afora através das influências da atmosfera cultural geral e dos esforços conscientes da educação”. O depoente destaca um professor, descrevendo suas ações dirigidas a quem lesse algum livro ou fizesse redações, e esse é um ponto importante, pois o ato da leitura inicialmente depende das ações e estímulos que despertem o interesse e o prazer de ler. Milanesi (2003) diz que as bibliotecas devem ser a “casa da invenção” e gerar a necessidade da transformação a partir de ações culturais. Um centro de cultura, uma biblioteca, não abriga somente objetos, mas pode ou deveria estimular as mais diversas formas de expressão cultural.

O que vemos hoje em dia em diversas escolas são bibliotecas usadas como um “canto de castigo” e com seu espaço mal aproveitado, subutilizado. Alunos entram nas bibliotecas de suas escolas somente porque algum professor pediu a leitura de um livro – geralmente clássicos da literatura como, por exemplo, *Memórias póstumas de Brás Cubas* –, tornando o que poderia ser uma leitura prazerosa em obrigação. Em ambientes assim não há verdadeiramente um bibliotecário voltado para o incentivo à leitura.

Aníbal Bragança também destaca o fato de encontrar a Biblioteca Pública Estadual de Niterói em frente à sua escola, assim como sua fascinação pelos livros, o que acabou criando nele a vontade de ser bibliotecário e, depois, livreiro. Conforme os anos foram passando, Aníbal vivenciou diversos tipos de leituras, seja de autores brasileiros, seja de estrangeiros, como ele mesmo lembra. Encaro isso como resultado de uma construção de leitura bem sucedida. Seu desenvolvimento na leitura é

constatado quando não se limita a falar apenas de autores e títulos que marcaram a sua adolescência. Assim que acaba de falar destes, aborda nomes importantes para sua vida acadêmica e para o seu campo de estudo também.

A segunda pergunta questionava a razão de ele se tornar editor. Formulei essa pergunta porque assim como temos influências de leituras em nossas vidas, existem pessoas também que nos motivam a ser ou fazer algo. Aníbal diz que “Era uma, vamos dizer assim, uma decorrência natural do trabalho do livreiro”. Teve como referência Ênio Silveira, proprietário da editora Civilização Brasileira, que, assim como Aníbal, era engajado na luta pela cultura do país. E não foi somente isso. A logomarca da Diálogo era parte de um *slogan* da Editora Paz e Terra, que tinha como um dos seus proprietários Ênio Silveira.

Bragança afirma que o nome da livraria e editora, “além de expressar uma aliança entre cristãos e marxistas no enfrentamento da ditadura, fazia parte de um *slogan* da Editora Paz e Terra, ‘uma editora a serviço do encontro e do diálogo’”. (REIMÃO, 2016, p. 127)

Desde o início Aníbal se mostrou interessado em dinamizar a vida cultural da cidade de Niterói, de ajudar no crescimento da cidade em que vivia. Ele veio de Portugal, e Niterói foi a cidade na qual criou raízes e pela qual quis fazer algo. Assim, vejo em Aníbal uma vontade de gerar mudanças independentemente da área de atuação profissional; fez isso com Niterói, ao criar a Diálogo Livraria e Editora e, por meio desta, publicar *O Estado e a revolução*, de Vladimir Ilitch Ulianov, mais conhecido como Lênin (1870-1924), que inaugurou a editora, com a visão de “contribuir para uma conscientização para a derrubada do regime militar”.

A terceira pergunta foi a respeito das experiências nas livrarias pelas quais ele passou e quais foram, e ele respondeu de pronto: “Olha, eu sempre criei as livrarias nas quais eu trabalhei”. Lembrou a Livraria Encontro, que mais para frente virou a Diálogo, para a qual chamou dois amigos – Renato Silva Berba e Carlos Alberto Jorge – para serem seus sócios. Da Diálogo conseguiu abrir duas filiais e, de 1975 a 1985, criou a livraria Pasárgada, em Icaraí, a qual acredita que tenha sido a mais importante para ele, e a Sebo Fino – atividade que acha muito interessante –, onde seus irmãos também trabalhavam.

A questão quatro perguntava “Por que você optou por uma linha editorial que publicava livros de esquerda, mesmo sob o regime militar?”. Formulei essa questão porque a primeira editora que ele criou foi a Diálogo e, logo em sua primeira publicação, escolheu opor-se ao regime militar, independentemente das consequências. Aníbal disse que “a razão, fundamentalmente, era de contribuir para o combate ao governo militar”. Pois “nenhum governo é de pedra, todo governo pode cair e ele é um resultado das lutas sociais e políticas, então eu me colocava junto daqueles que

queriam a derrubada do governo militar, até porque era um governo ilegítimo”. O governo era ilegítimo porque partiu de um golpe de Estado e raramente uma ditadura se inicia por meio de eleição direta. Além disso, um regime ditatorial também possui poucos instrumentos de participação popular – como eleições, assembleias, entre outras instituições democráticas – e essas eram características que se encaixavam no regime militar instaurado em 1964. Ainda falando sobre publicar livros de esquerda, Aníbal acrescenta:

Eu tinha começado a faculdade de Economia há pouco tempo, dois anos antes e tinha tido contato com o marxismo, tinha tido contato antes, mas foi na faculdade que pude estudar melhor e é claro que talvez por conta da leitura de *Os miseráveis* eu tinha uma sensibilidade para o social e qualquer pessoa que tenha uma sensibilidade para o social quer transformar a sociedade para que ela seja mais justa, mais igualitária, e com 21 anos a gente não tem muita dimensão dos perigos, dos riscos e tal, a gente vai em frente e houve essa oportunidade.

Ele acreditava que, pelo caráter de *O Estado e a revolução* – que mostrava como atuar socialmente, politicamente, para a derrubada de um governo e a construção de outro Estado – seria muito bom publicá-lo naquele momento “principalmente porque havia um movimento jovem muito forte contra o regime, um momento de participação dos estudantes contra o governo militar”. Os estudantes foram uma das principais forças de oposição à ditadura no Brasil. De acordo com o site *Memórias da ditadura* (2014), no início de 1960, no Brasil, “O movimento estudantil realizou manifestações, passeatas e atos públicos, organizou debates, congressos e jornais clandestinos”. De acordo com Reimão (2016, p. 137), a edição de 3.000 exemplares de *O Estado e a revolução* não foi suficiente para atender aos pedidos que chegaram de quase todo o Brasil. Mas foi por pouco tempo, já que dois meses depois do lançamento, foi instaurado o Ato Institucional número 5, em 13 de dezembro de 1968, a partir do qual a repressão se intensificou.

O lançamento de *O Estado e a revolução* apenas reforçou o papel desempenhado pela Diálogo:

Naquela época havia esse movimento anticomunista muito forte e esses movimentos viam a livraria como um foco de resistência e um foco de atuação da esquerda porque a gente fazia muitos lançamentos de livros de maneira geral de autores já empenhados também na causa do combate ao governo militar, tínhamos cursos, inclusive de literatura russa, vendíamos livros russos, embora livros técnicos, que era o que era possível vender, fazíamos exposição de arte, cineclube.

Na entrevista concedida a Reimão¹, Aníbal diz que Victor Alegria – seu sócio na livraria Encontro – o influenciou com seu sonho de construir livrarias como centros de cultura e espaços de sociabilidade, e podemos constatar essa influência ao vê-lo usando sua livraria com diversas ações culturais.

A quinta pergunta questionava quais foram as consequências dessa publicação e o que ele passou na prisão. Aníbal diz que foi protegido devido às características da Diálogo.

Eram três garotos, alguns diriam que eram três garotos bonitinhos, as meninas gostavam muito de ir pra lá e tal, mas não só as meninas, mas também os pais das meninas, as mães... e era uma livraria muito simpática e, quando a livraria foi fechada, muita gente se mobilizou para que a gente – que em 1968 tínhamos 24 anos – para que a gente não sofresse muito com a repressão que estava cada vez mais ameaçadora e muita gente sendo torturada e tal.

Foi no cenário da decretação do AI-5 que isso aconteceu.

Nem eu e nem Renato sofremos alguma tortura física e também ficamos somente uma semana... Ficamos no DOPS, que é uma delegacia política, de polícia política, que tinha na Avenida Amaral Peixoto, onde hoje ainda é uma repartição da Secretaria de Segurança do Rio. E... a gente ficou preso e eles naturalmente fizeram perguntas, muitos questionamentos, né? Mas como a gente não tinha e nem eles tinham nenhuma prova de que a gente fosse militante político contra o governo, militante de partido, nós não tínhamos nenhuma relação com nenhum grupo, nem político, nem armado, nem civil, e como houve essa pressão, a gente foi liberado uma semana depois mais ou menos.

Entretanto, a livraria não teve a mesma sorte: “Mas, para a livraria é que foi muito desastroso e a gente acabou entrando numa crise muito grande e tendo que vender a livraria depois para outros empresários”. Houve uma baixa em seu público devido ao fato de a livraria ter sido fechada pela polícia: “[...] ficaram com medo de ir num lugar que foi fechado pela polícia, como se fosse um antro subversivo e tal, então a livraria teve as vendas muito reduzidas e isso acabou refletindo... a gente continuou ainda num processo de crescimento, mas depois não teve como manter”.

A sexta pergunta indaga se a livraria ficou fechada durante o período da prisão ou se ficou aos cuidados de alguém. Aníbal disse: “ficou fechada por pouco tempo,

1 Entrevista de Aníbal Bragança sobre a Diálogo Livraria e Editora concedida a Sandra Reimão, Flamarion Maués e João Elias Nery, por e-mail, em 23 set. 2014.

uma semana mais ou menos”. Isso foi um reflexo da falta de provas dos agentes contra a editora.

A questão sete: “O senhor identificou mudanças na editora após o AI-5, em 1968?”. A finalidade da pergunta é verificar se a rotina da editora foi alterada em função do chamado “golpe dentro do golpe”. O entrevistado respondeu: “A gente teve que parar com o projeto, nós inclusive tínhamos um livro chamado *Formações pré-capitalistas*, de Marx, que a gente iria publicar, que já estava sendo traduzido por um colega nosso, traduzido de uma edição francesa, e aí a gente não pôde mais publicar”. Ou seja, o AI-5 e a repressão representaram o fim da editora engajada. “A gente teve que publicar outro tipo de livro”. A Diálogo realizou novas edições de livros didáticos e técnicos a partir de 1969, mas sem caráter político. Como foi dito na quinta questão, a livraria foi vendida e os novos proprietários não tiveram interesse em continuar o perfil “cultural” da empresa.

A questão número oito investiga se houve alguma orientação especial na editora. Do DOPS, de alguém do regime militar, de chegar alguma intimação sobre alguma publicação, a partir do AI-5. Aníbal respondeu: “Não... é preciso a gente entender – porque há uma diferença – entre censura e a repressão. Claro que a censura é uma forma de repressão, mas são coisas diferentes”. Ele ressalta que poucos livros foram proibidos realmente, inclusive *O Estado e a revolução*. “O que havia era que se a gente fazia alguma ação política que incluísse uma publicação, a ação política era reprimida. Mas não havia censura como ‘não pode publicar esse livro’; não, simplesmente o livro era recolhido, mas não era publicada uma portaria, uma coisa que proibisse a publicação”. Aníbal também diz que a maioria dos livros censurados era os pornográficos; em contraponto, Reimão (2013, p. 1396) cita o livro *Programa de saúde: projetos e temas de higiene e saúde*, de Lídia Rosenberg Aratangy, que era uma obra didática que sugeria que os alunos conhecessem as realidades sanitárias da sua comunidade e que pudessem conhecer e adquirir comportamentos nessa área. Foi emitido um veto a esse livro. O veto alegava que as informações contidas na obra poderiam cair em mãos de professores não preparados que as distorceriam. Claramente o governo se sentia incomodado com jovens buscando conhecimento fora dos muros da escola, a consciência política, então era mais fácil cercear o debate. Para Baéz (2006, p. 24), “um livro é destruído com a intenção de aniquilar a memória que encerra, isto é, o patrimônio de idéias de uma cultura inteira. Faz-se destruição contra tudo que se considera uma ameaça direta ou indireta a um valor considerado superior”.

No que se refere – ainda – à censura aos livros pornográficos, isso explica por que todo regime autoritário, seja de direita ou de esquerda, costuma ser moralista e se considera defensor dos bons costumes. Alguns militares achavam que a sexualidade era como se fosse uma ferramenta atrelada ao comunismo. Como diz Marconi

(1980, p. 18), ao citar palavras do tenente-coronel Carlos de Oliveira, “O sexo é um instrumento usado pelo psicopolíticos para perverter e alienar a personalidade dos indivíduos”. Boa ilustração disso é lembrada por Reimão (2011, p. 101), que, descreve o episódio envolvendo o Concurso Nacional de Contos Eróticos promovido pela revista erótica *Status*. As publicações vencedoras do certame – uma no ano de 1976 e outra no de 1978 – acabaram sendo vetadas pela censura prévia. Entretanto, no ano seguinte aos seus respectivos vetos para a publicação na revista *Status*, os contos “Mister Curitiba”, de Dalton Trevisan, e “O cobrador”, de Rubem Fonseca, foram publicados em livro, sem qualquer censura. O fato de os contos terem sido primeiramente vetados para publicação em revista, mas não em livro, é uma amostra de que a censura, durante o regime militar, teve atuações diferenciadas em relação aos diversos meios de comunicação. Isso exemplifica uma possível hierarquização da censura, ou seja, atuações diversas de acordo com o potencial impacto da produção em questão.

Comentando a repressão à Civilização Brasileira, Aníbal diz:

Agora, a Civilização Brasileira, que tinha uma atuação política através das publicações e através da ação do Ênio Silveira, foi absolutamente reprimida, incendiada, atacada, foi proibida de receber empréstimos de bancos, uma série de ações que o Estado fazia para reprimir a ação política, não propriamente proibir o livro político.

Pode-se perceber que a repressão contra a oposição à ditadura se dá de diferentes formas, dependendo das relações que os que executavam tinham no campo cultural e o quanto essa ação política opositora influenciava a população ou setores estratégicos dela – como os estudantes universitários, por exemplo.

“Houve um movimento que nunca chegou a dar muito certo, nunca se efetivava, que foi o movimento do Estado de exigir que as editoras submetessem os originais à censura antes de publicá-los.” Aníbal, ao falar disso, me remete a Reimão (2011, p. 29), que fala dessa censura prévia: antes voltada para outros aparelhos culturais – como o teatro e a música –, ela se expandiu para o mercado editorial. A Portaria 11-B, de 6 de fevereiro de 1970, determinava que todas as publicações deveriam ser previamente encaminhadas ao Ministério da Justiça para avaliação:

Se alguém tivesse lido um livro, civil ou alguma autoridade, e o considerasse subversivo, poderia fazer a denúncia. Em seguida, um assessor do ministro da Justiça tinha a tarefa de ler o relatado livro e dar seu parecer. Com base nisso, decretava-se ou não a apreensão. (REIMÃO, 2011, p. 30)

A questão nove perguntava se havia uma lista de livros proibidos na editora. Aníbal responde prontamente: “Não, não. Até porque nessa época a gente, o livro não

foi proibido, ele foi saqueado, ele foi... enfim... teve muita perseguição”, e acrescenta: “Quem tinha o livro em sua biblioteca era incriminado como sendo subversivo e tal, mas o livro mesmo não tinha nenhuma portaria dizendo que aquele livro estava proibido, pelo menos que eu saiba”. E mais uma vez fala de um livro que lembra ter sido proibido por ter seu conteúdo voltado à sexualidade: “Teve um livro que eu me lembro, que teve que levar até a Polícia Federal aqui em Niterói, que era um clássico, um clássico literário, considerado libertino e tal, que era *Minha vida, meus amores*”, romance erótico atribuído a Henry Spencer Ashbee (1834-1900).

A questão dez, “Como era realizada a editoração de livros que continham assuntos, como, por exemplo, ‘comunismo’?”, foi formulada a fim de verificar se esses termos eram evitados no catálogo da editora. Ele responde que “Não havia nenhuma preocupação de não falar palavras, assim, que pudessem chamar atenção... não me lembro disso. E a editoração era editoração normal, como se fazia...”. Falando de outros veículos informativos:

Na imprensa houve muita censura também e é na imprensa que havia essa preocupação com as palavras. O *Jornal do Brasil* e outros jornais, até o *Estadão* e tal, muitas vezes eles eram censurados, tinha o censor lá dentro do jornal e eles proibiam a matéria e eles publicavam outras coisas ou muitas vezes, como na música, que na música tinha que submeter a letra, aí o compositor evitava certas palavras porque iria passar pelo censor e o censor proibia e tal, no jornal também.

Isso se dava, conforme é possível supor, porque o livro tinha uma circulação mais restrita que o jornal e a música.

A décima primeira questão principiava assim: “Como já falamos, naquele período, editoras como a Civilização Brasileira e a Brasiliense foram editoras de destaque, inclusive a primeira sendo alvo de uma censura árdua...”. Ele logo interrompeu: “O que aconteceu com a Civilização Brasileira foi repressão mesmo. Uma repressão política contra o editor, o dono da editora”. E Aníbal atenta para a diferença entre censura e repressão.

E essa repressão aconteceu de várias maneiras... Ele ser preso não é censura, é repressão. Ele era preso; no outro dia não conseguia dinheiro nos bancos; a editora era incendiada... Tudo isso aí era repressão. Era uma forma de impedir a ação do editor, da livraria, da editora.

E isso reflete o que foi abordado em perguntas anteriores a essa, sobre a gravidade da ação política de uma editora.

Uma coisa é repressão, cujo objetivo é esmagar, impedir que a pessoa ou a editora continue com suas atividades, isso é uma coisa. Outra coisa é um livro que foi censurado, que não se podia mais publicar, não podia mais circular, não podia mais se vender. [...] Um livro podia ser proibido numa editora que não tinha nenhum comprometimento político e não sofreu nenhuma repressão. E outra editora, que poderia não ter nenhum livro proibido – como nosso caso – mas sofreu uma repressão muito grande.

A décima segunda questão foi: “Como você sabia que alguma editora tinha sido repreendida? Digo, por quais meios?”. E ele respondeu: “Às vezes nem aparecia no jornal. A gente sabia por boca a boca, fundamentalmente”. Além do boca a boca, eles dependiam de veículos informativos alternativos:

Sempre existia alguns jornais mais alternativos que publicavam algumas notícias e tal, tiveram vários jornais assim. É claro que depois teve *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, alguns jornais que eram contestadores e publicavam.

A décima terceira questão indagava se o fato de uma editora sofrer uma repressão tão intensa influenciou em alguma atitude de outros editores, em suas próprias editoras ou até mesmo em Aníbal, como, por exemplo, a autocensura. Ela foi formulada porque, de acordo com a entrevista de Fernando Mangarielo concedida a Sandra Reimão em 2009 (REIMÃO, 2009), se uma edição proibida fosse pega, desmontava financeiramente uma empresa. Aníbal responde:

Esse tipo de repressão, na época, eu acho que não tem como escapar desse clima, desse ambiente de repressão e ignorar que uma ação política como da Civilização pudesse ser feita por outra editora sem fazer repressão. Então é claro que o ambiente todo de repressão era um ambiente que influenciava a vida política e cultural.

Confirmando o que Mangarielo disse:

Claro que a gente percebeu que não estava bom pra nós, que a situação política tinha se tornado desfavorável e com isso nenhum editor queria se arriscar mais de publicar um livro que depois faria com que ele fosse preso, livro sequestrado e tal.

A questão quatorze: “Como o senhor vê o universo das livrarias atuais, comparado à época em que dirigia as livrarias Diálogo e Pasárgada?”. Para Aníbal, muita coisa mudou:

Eu diria que nesse campo muita coisa mudou pra pior. Hoje em dia, as livrarias se tornaram shoppings, lojas de vender muita coisa, não só livros, mas outros produtos, tanto produtos que já são tradicionais de vender junto com livros, como cadernos, papelaria e tal, como também discos, música, aparelhos eletrônicos e uma série de outras coisas que foram surgindo, fazendo com que as livrarias se tornem shoppings.

Para esclarecer o contraste, o entrevistado conta uma vivência pessoal com um cliente que ia sempre à livraria:

Eu tive um cliente muito engraçado, que dizia assim pra mim, o apelido dele era “Sapo”; era um arquiteto e tal, ele me dizia: “Aníbal, que livro você me receita hoje? Eu estou assim, estou triste...”. Então havia essa coisa, havia uma relação do cliente da livraria com o livreiro como se fosse aquela pessoa que pudesse ajudar o leitor na formação dele, indicando livros que pudessem ajudar na formação cultural do leitor.

Na Idade Média, o bibliotecário e o editor se opunham em funções. De acordo com Martins (2002, p. 90), apesar de os responsáveis pelas bibliotecas ainda não serem considerados como bibliotecários, estes garantiam a manutenção dos acervos e os editores sempre pensaram unicamente em dinheiro e só vieram a pensar em qualidade das obras depois. Febvre e Martin (1992, p. 356) dizem:

Um fato que é importante nunca perder de vista: desde a origem, os impressores e os livreiros trabalham essencialmente com fins lucrativos [...] assim como os editores atuais, os livreiros do século xv aceitam financiar a impressão de um livro apenas se julgarem seguros de poder vender um número suficiente de exemplares em um prazo razoável.

Relacionando com o que Aníbal disse no começo da entrevista a respeito de seu encantamento com os livros e o surgimento da vontade de ser bibliotecário e, em seguida, ser livreiro, dizendo que “é mais ou menos a mesma coisa, porque tanto bibliotecário como livreiro vivem no meio de livros, sendo que o livreiro tem mais autonomia, tem mais possibilidade de construir o seu acervo, o seu estoque na livraria”, ao bibliotecário compete muito mais a formação continuada do leitor, porque, geralmente, é este com quem tem contato mais cedo. Targino (apud SILVA, 1995, p. 47) ressalta o quanto “é importante que este contato seja marcado positivamente, pois as representações que as pessoas têm da biblioteca estão, em geral, impregnadas pelas suas experiências enquanto usuários”. A partir dessa formação, nós podemos reconhecer suas necessidades informacionais e trabalhá-las de maneira individual, fornecendo o tipo de informação que aquele leitor precisa. Nós, bibliotecários, lidamos realmente com a mediação da leitura porque a vemos não como um ato de

consumo, mas como um serviço. Assim como antigamente, os livreiros e editores tratam livros e leituras como parte do negócio e tomam suas decisões acerca do leitor com base na lucratividade esperada, algo lembrado por Aníbal: “houve uma repercussão muito grande nas livrarias que passaram a vender só livros de grande venda, só best-seller”. Em consonância, Febvre e Martin (1992, p. 181) dizem: “Daí a avidez com a qual os editores procuram as obras de venda certa – os livros da Igreja, por exemplo, os únicos cuja venda é assegurada em período de crise”.

A penúltima questão era: “Se tratando de gerenciar uma editora no regime militar, o que mudou depois do fim dele?”. Ao que ele respondeu:

O regime militar significava falta de liberdade, repressão à discussão e à difusão de ideias e isso é uma coisa que repercute em qualquer editora, qualquer livraria. Quando não há liberdade, há toda uma preocupação de você ser reprimido, de ser prejudicado.

E acrescenta:

Com o fim o governo militar, essa situação – eu diria com o fim da ditadura militar – essa situação mudou, mudou muito, no sentido de que muitas obras que não tinham sido publicadas antes começaram a ser publicadas. O próprio *Estado e a revolução* foi depois publicado normalmente, sem problema nenhum, por outras editoras.

Na pergunta anterior, durante sua resposta, Aníbal citou a recente repercussão sobre a censura a exposições de artes², por isso incluí em minhas perguntas se ele achava que isso agora, em 2017, também poderia se refletir nos livros. Na literatura – e também no depoimento de Aníbal – sobre o período do regime militar vemos o teatro e a música como grandes alvos de censura, e uma exposição de arte, que também é um espaço cultural, não sairia ilesa. Ele respondeu:

Não, acho que não. Isso aí é uma coisa que tem a ver com esse momento político brasileiro horroroso que a gente tá vivendo. A gente não pode dizer que é uma ditadura, mas é um período em que as pessoas estão sendo muito desqualificadas, quer pelo Estado, quer pela mídia.

2 Em 26 de setembro de 2017 a interação de uma criança em uma performance protagonizada por um ator nu no Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo deu prosseguimento à polêmica sobre a liberdade artística iniciada com a exposição *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, que acontecia no Santander Cultural de Porto Alegre desde 15 de agosto de 2017, e que foi antecipadamente encerrada em 10 de setembro, pois reações contrárias à exposição, lideradas pelo Movimento Brasil Livre, alegavam que algumas das obras promoviam blasfêmia contra símbolos religiosos e apologia à zoofilia e à pedofilia.

No final de seu depoimento, Aníbal deixa transparecer a gratidão pelo reconhecimento dado à sua trajetória como livreiro e editor e sobretudo como estudante e professor universitário. A vida dele, de fato, tem muita relação com a Universidade Federal Fluminense:

Como a livraria também estava muito voltada para a universidade, ela se encontrava do lado da Faculdade de Economia que era onde eu estudava, né? [...] A minha livraria era muito voltada para os estudantes e professores, então... E a universidade foi criada na década de 60, ela foi consolidada exatamente no mesmo período que eu estava abrindo a editora e a livraria.

* * *

Dentro do campo biblioteconômico, temos vários autores que seguem determinadas linhas de pensamento sobre a memória e não podemos distinguir a certa ou a errada. Araújo (2009, p. 193) diz:

Ao longo de seu desenvolvimento, a ciência da informação (ci) viu surgirem e se consolidarem, dentro dela, diferentes áreas e subáreas específicas. Tais campos, orientados por diversas correntes e perspectivas teóricas, acabaram por desenvolver, também, conceitos particulares de informação, algumas vezes semelhantes, outras vezes sobrepostos e, em alguns casos, discordantes.

Nesse sentido, o depoimento de Aníbal não veio para contestar o que a literatura diz ou não, mas sim para completar, para remeter a uma memória do que foi vivido e hoje devidamente lembrado. Com seu depoimento consideramos os aspectos e impactos sociais, culturais e políticos em sua vida como editor.

A memória na Biblioteconomia é um suporte de entendimento do ambiente em que nossa unidade de informação é inserida. Essas unidades detentoras da disseminação da informação têm, como Murguia (2010, p. 8) diz, “[...] uma função informacional, no sentido de lembrar os acontecimentos, pessoas e lugares que realmente existiram e cujas provas podemos encontrar nesses lugares”. Numa sociedade cada vez mais líquida (BAUMAN, 2001) e veloz, onde o fluxo de informação corre de tela em tela, pararmos para pensar em nossa memória, no que guardaremos e no que devemos rememorar é crucial para a engrenagem informacional.

Com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS), a memória pode ser considerada, algumas vezes erroneamente, um ponto não muito importante. Para Pacheco (1995, p. 22),

A facilidade do acesso à informação está suplantando a memória. Hoje em dia os esforços são redobrados na tentativa de livrar o homem do esforço de lembrar. O que importa não é mais conhecer, mas sim ter meios e instrumentos rápidos para acessar o conhecimento.

Acrescentando, Laufer (2000, p. 157) diz: “A ferramenta informática modifica os comportamentos culturais e as atitudes mentais”. Na sociedade atual, as pessoas não se deslocam para buscar informações porque têm – ou julgam ter – tudo em suas telas na *web*. Entretanto, segundo Le Goff (2003, p. 471), pela memória tem-se a propriedade de conservar certas informações, uma vez que ela “procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”.

Essa amnésia social provavelmente trará uma consequência futuramente. Pollak (1992, p. 6) trata a ideia de enquadramento da memória, que é quando os indivíduos criam uma memória seletiva para se lembrar de apenas do que lhes convêm. Mas o esquecimento cobra um preço. “Ai daqueles que se esquecem do seu passado, mesmo do seu passado recente: vagarão e errarão estupidamente sem encontrar a porta de saída que é a reflexão sobre o passado” (BOSI, 1995, p. 54).

Referências

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. “Correntes teóricas da ciência da informação”. *Ciência da Informação*, v. 38, n. 3, p. 192-204, 2009.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 4. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- BRASIL. Governo Federal. *Portal da Legislação*. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em: 7 out. 2017.
- FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Trad. Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo, Editora Unesp, 1992.
- GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2009.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1987.
- LAUFER, Roger. “Novas ferramentas, novos problemas”. In: *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, Editora da Unicamp, 2003.
- MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global, 1980.

- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. São Paulo, Ática, 2002.
- MAUES, Flamarion. “Livros, editoras e oposição à ditadura”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 91-104, abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So10340142014000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 jun. 2017.
- MEMÓRIAS DA DITADURA. *Estudantes*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.
- MILANESI, Luís. *A casa da invenção: biblioteca, centro de cultura*. 3. ed. São Paulo, Ateliê, 2003.
- OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. *Censura de livros durante a ditadura militar 1964-1978*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2003.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Revista Estudos Históricas*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. [s. l.], v. 14, set. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>>. Acesso em: 7 out. 2017.
- REIMÃO, Sandra. “Livro e prisão: o caso *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós”. *Em Questão*, v. 15, n. 1, 2009.
- REIMÃO, Sandra. “O livro *Programa de saúde*: um caso de censura durante a ditadura militar brasileira”. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, supl., p. 1393-1401, nov. 2013.
- REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura e livros na ditadura militar*. São Paulo, USP, 2011.
- REIMÃO, Sandra. “‘Proíbo a publicação e circulação...’ – censura a livros na ditadura militar”. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 80, p. 75-90, 2014.
- RODRIGUES, Carolina Carvalho. *A censura em bibliotecas universitárias brasileiras durante a ditadura civil-militar*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação, Niterói, 2016.
- SILVA, Waldeck Carneiro da. *Miséria da biblioteca escolar*. São Paulo, Cortez, 1995.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. “A censura durante o regime autoritário”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 4, n. 10, p. 21-43, jun. 1989.